

Ensino muda País em 10 anos, diz ministro

TARCÍSIO HOLANDA

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, acredita que o Brasil será outro país dentro de dez anos, com a execução de seu programa de reforma da educação, que prevê, de início, o esforço pela melhoria do ensino básico com um plano ambicioso, que se destina a qualificar o professorado. Em almoço com jornalistas, o ministro, garantiu o empenho do Governo em promover uma reforma que elimine as causas do precário nível do ensino do País. No próximo domingo, Dia do Professor, às 10h00, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Presidente da República anuncia um conjunto de mudanças que se destinam a viabilizar a reforma na sistemática do ensino.

Paulo Renato explicou que a ONU estima o dispêndio mínimo por aluno, em média, em US\$ 215, para que se tenha um sistema de ensino adequado. O programa de reforma educacional do Governo pretende começar com um dispêndio por aluno de R\$ 300 e aumentá-lo progressivamente. Lembrou Paulo Renato que o desenvolvimento da Coréia foi possível graças à reforma que aquele país promoveu em seu ensino. Lá, o dispêndio, é de US\$ 450 por aluno.

A reforma pretendida pelo ministro da Educação prevê a vinculação de três quintos dos recursos estaduais e municipais destinados constitucionalmente à educação (ou seja, 15% de suas respectivas arrecadações) ao ensino fundamental (primeiro grau). Com estes recursos, pretende-se criar em cada estado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor como mecanismo de vinculação de parte dos recursos ao primeiro grau e de redistribuição entre estados e municípios.

Primeiro grau — Com a aplicação desse programa de reformas, o Ministério da Educação espera vincular ao ensino de primeiro grau R\$ 12 bilhões, por ano. Também pretende garantir recursos suficientes

para que os municípios de menor renda ofereçam ensino de qualidade e salário digno ao professor.

O plano de reforma da Educação prevê prioridade absoluta à qualificação do professorado. A legislação fixará critérios para que estados e municípios possam ter acesso aos recursos federais. Entre estes critérios estará o de observar alguns parâmetros mínimos para as carreiras dos professores, a serem definidos em legislação estadual e municipal. As novas carreiras deverão permitir salários iniciais bastante mais elevados que os atuais e diferenças salariais menores dentro das carreiras, assim como a eliminação de alguns benefícios não-monetários.

Paulo Renato descartou a possibilidade de o Ministério da Educação se envolver com a questão da cobrança das anuidades escolares pelos colégios particulares. Ele disse que o assunto deve ser tratado entre pais dos alunos e donos de escolas.

Autonomia — Entre as alterações legais a serem anunciadas na cerimônia do próximo domingo, estará a autonomia financeira das universidades. O que se tem em mira é dar liberdade aos reitores, a partir de um teto para cada orçamento. "As Universidades deixarão o sistema no qual gastam e mandam a conta", disse.

Para o ministro, o Brasil tem recursos suficientes para garantir um ensino fundamental razoável. O grande problema é a dispersão e o desperdício. Ele observou que o município de Paulínia, em São Paulo, garante transporte coletivo gratuito para seus habitantes, mas não ensino fundamental. O governo de São Paulo é que assume a responsabilidade pelo ensino básico. Com

os recursos de que dispõe, o Governo quer induzir todos os municípios a assumirem a responsabilidade pelo ensino de primeiro grau. Atualmente, os recursos gastos para cobrir a diferença chegam a R\$ 900 milhões.